

O Grupo de Diálogo Social e os intelectuais romenos "livres" após 1989

*Mihai Dinu Gheorghiu**

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a relação entre os intelectuais e a política no período que sucede a queda do regime comunista de Nicolae Ceausescu na Romênia em meados de 1989. Após longo período de censura, alguns intelectuais retornaram à cena política e firmaram-se publicamente exercendo papéis diversos. Assim, observa-se um primeiro momento onde predominam as profecias intelectuais; um segundo, caracterizado por uma vida associativa intensa e pela apropriação de recursos internos e externos como medida para assegurar aos intelectuais uma nova identidade coletiva; um terceiro, quase simultâneo, de politização intensa da vida intelectual; e um quarto, mais recente, onde se impuseram os intelectuais midiáticos e os especializados. O Grupo de Diálogo Social (GDS), foco deste estudo, é particularmente representativo dos efeitos das lutas para a definição de um novo estatuto dos intelectuais e teve papel marcante neste processo.

Palavras-chave: Romênia, intelectuais e política, circulação internacional, sociologia.

Abstract: This article is aimed at discussing the relation between intellectuals and politics after the fall of Nicolae Ceausescu's communist regime in Romania in 1989. After a long period of censorship, some intellectuals were back into the political scene and restarted their working lives with different public activities. This way, there was a first moment when intellectual prophecies were very common; then, a second one, marked by intense associative activities and the use of internal and external resources to ensure a new collective identity to intellectuals. Soon after that, there was a period of intense political consciousness, and a fourth and more recent one, when the mediatic and specialized intellectuals were able to impose their prestige. The Social Dialogue Group (*Grupo de Diálogo Social*, or GDS), which is the focus of this study, represents the effects of all the fight for the definition of a new intellectuals' statute and has played a very important role in this process.

Key words: Romania; intellectuals and politics; international circulation; sociology.

Os discursos em torno das transformações ocorridas na Romênia durante os últimos quinze anos não são desprovidos de contradições. Os intelectuais apare-

* Centre de Sociologie Européenne (CSE) – CNRS. Paris, França. <http://www.ehess.fr/centres/cse.mihaidg@yahoo.fr>
Tradução de Ana Rita Uhle

cem como “vencedores”¹ da luta travada contra o antigo regime. A liberdade de expressão, o fim da censura, a circulação internacional, a autonomia universitária, etc. constituem, incontestavelmente, aquisições do período transcorrido após 1989. Todavia, existe certo desencantamento relativo aos fenômenos sociais e às transformações do poder político em vigor². Este desencantamento é expressão das relações ambivalentes mantidas entre os intelectuais e a política e de seu relativo desencantamento ocorrido ao longo dos anos 2000, após a politização intensa da vida intelectual construída nos anos 1990. Este fenômeno, aliás, comum ao conjunto da Europa pós-soviética, parece anunciar o fim esperado de um ciclo histórico, designado “saída da transição”. Na Romênia, a mudança de perspectiva ocorrida desde o final dos anos 1990 está ligada às modificações nas relações estabelecidas entre os intelectuais e a política. Essas relações tiveram diversas e sucessivas transformações.

Para maior clareza da análise é útil estabelecer algumas referências cronológicas, pois se trata de um período relativamente curto e existe o risco de confundir eventos de ordem política com os de ordem intelectual. Esse recorte cronológico visa realçar os dominantes em um espaço intelectual politizado, sem pretender que eles tenham determinado descontinuidades agudas ou que haja uma “evolução” no conjunto do período³. Assim, observo um primeiro momento onde predominam as profecias intelectuais; um segundo, caracterizado por uma vida associativa intensa e pela apropriação de recursos internos e externos como medida para assegurar aos intelectuais uma nova identidade coletiva; um terceiro, quase simultâneo, de politização intensa da vida intelectual; e um quarto, mais recente, onde se impuseram os intelectuais midiáticos e os especializados.

1. A literatura internacional sobre os efeitos sociais das transformações de 1989 menciona frequentemente *winner*s e *looser*s. Na Romênia, pesquisas de opinião revelam que a maioria da população considera que para ela a situação não melhorou após 1989, ou mesmo, que piorou.
2. De 1990 a 1996, durante a presidência de Ion Iliescu, a Romênia foi governada por uma coalizão de partidos herdeiros do antigo partido comunista (dissolvido e interdito) que tinha uma orientação socializante e nacionalista. Entre 1996 e 2000 foi uma oposição de direita, conservadora e liberal, aliada ao partido da minoria húngara, quem dirigiu o país durante a presidência de Emil Constantinescu. Em 2000, Ion Iliescu e seu partido social-democrata, que se tornou membro da internacional socialista, voltaram ao poder até 2004, quando perderam novamente as eleições. Depois a Romênia foi governada por uma coalizão de centro-direita, composta por liberais, democratas e membros do partido da minoria húngara; Traian Basescu era o presidente da República.
3. A título de comparação, podemos citar o quadro proposto pelo cientista político Elemér Hankiss, que observa diversas fases pelas quais teriam passado os intelectuais húngaros: à “era da transitologia (1990-1994)”, da “aprendizagem (1992-1994)” ou do “profissionalismo” (a partir de 1995) sucederam a “era dos novos medos”, a “era da perplexidade” ou a “era da incerteza”, a partir do final dos anos 1990. O futuro político de determinados intelectuais os faz falar de uma nova “traição dos clérigos” e de “novos medos” (HANKISS, 2002).

Dois questões fundamentam a problemática deste olhar em perspectiva cronológica. A primeira delas é mais propriamente política e diz respeito aos mecanismos de legitimação das transformações políticas ocorridas desde 1989 (“revolução” e “transição democrática”). Charles Tilly, estudando 500 anos de revoluções europeias, atribui importância considerável às revoluções do Leste Europeu de 1989 (“as mais espetaculares da história da humanidade”). Ele considera uma particularidade regional dos Bálcãs o fato de encontrar-se em uma situação revolucionária quase permanente, por uma longa tradição de guerras de independência. De acordo com os critérios utilizados por Tilly, existe na Romênia uma situação revolucionária incontestável em razão do levante popular que dissociou a hegemonia e a soberania dentro do Estado, mas seu objetivo e, finalmente, a Revolução em si, foram “duvidosos”, na medida em que não houve uma verdadeira transferência do poder político (TILLY, 1993). A fraqueza do Estado – tendo em parte escapado ao controle soviético, contrariamente a outros Estados da região – e os conflitos interétnicos são os principais elementos explicativos dessa especificidade romena, tematizada nos debates e nas tomadas de posição dos intelectuais. Ao que parece, a revolução romena não enfraqueceu o Estado (ao menos nos primeiros anos), mas, sobretudo, o reforçou. “Anticomunista”, a revolução permitiu uma liberalização controlada, favorável à constituição de uma nova “classe média”, herdeira da antiga *nomenklatura*.

Outra questão propriamente sociológica é a da retomada de estudos sobre as relações estabelecidas entre estruturas sociais e estruturas psicológicas (Elias), ou entre posições e disposições (Bourdieu), em virtude da transformação do modo de dominação (a democratização da vida pública). A mobilidade social acelerada, as situações de conversão e de reconversão políticas, religiosas ou profissionais fazem contraste com a inércia acentuada dos comportamentos e das “mentalidades”, manifestada por uma série de formas de resistência à transformação. Esta questão é geralmente formulada por uma espécie de sociologia espontânea fatalista, que considera a transformação impossível, a não ser pela renovação das gerações. Sem poder desenvolver aqui a análise dessas duas questões, este texto se propõe a apontar algumas possibilidades de resposta.

○ tempo dos profetas

O desmoronamento do regime comunista “nacional” de Nicolae Ceausescu, em 22 de dezembro de 1989, e o desaparecimento da censura favoreceram a afirmação dos intelectuais como um grupo autônomo, dotado de competências específicas e de uma missão coletiva. A capacidade dos intelectuais de antecipar e orientar as transformações políticas na direção das reformas democráticas contribuiu para o reconhecimento de seu poder. Entretanto, por razões que mereceriam

uma análise à parte, poucos intelectuais eram conhecidos anteriormente como “dissidentes”⁴. Grupo social heterogêneo pela origem e formação de seus membros e, além disso, disperso e fragilizado pela emigração e a repressão, os intelectuais tinham dificuldade de se mobilizar e eram raros os atos de solidariedade entre eles. As condições de redação e difusão de três cartas de protesto que marcaram o nascimento de uma oposição política e intelectual ao regime Ceausescu, apenas alguns meses antes do levante popular que o destituiu, ilustram de maneira significativa a fragilidade dessa oposição⁵. Enquanto a primeira das missivas, de 6 março de 1989, assinada por cinco antigos funcionários do partido comunista, representava uma crítica virulenta ao regime, as duas outras, com a assinatura de vinte e seis signatários no total, defendiam somente o direito de expressão dos escritores dissidentes. Se as ações coletivas parecem, sobretudo, frágeis e tardias, as vozes solitárias dos dissidentes, amplificadas pelos meios de comunicação ocidentais, eram mais retumbantes e heróicas. Essa conjuntura foi favorável à imposição da figura do intelectual profético após 1989, tenha ele sido “dissidente” ou não. As críticas desses intelectuais ao regime político desmoronado eram consideradas como uma previsão da mudança, pois os eventos confirmavam sua ação. Uma nova visão do mundo – da qual, se eles não eram os inspiradores, ao menos eram os mensageiros – beneficiava-se de uma ampla exposição na mídia. Podemos citar entre esses intelectuais proféticos escritores conhecidos como Mircea Dinescu, que enfrentou o ditador e anunciou, vitorioso, sua fuga; uma mulher, Doina Córnea, professora de francês aposentada, que dava lições de coragem aos homens; um pastor protestante, Lazlo Tokess, representando a minoria húngara; um antigo jornalista e diplomata comunista, Silviu Brucan, autor da “carta dos seis”, que se tornou líder informal da Frente de Salvação Nacional, tendo inspirado suas principais decisões políticas no período da “revolução”. O poder de previsão do “fim do comunismo” e os sofrimentos suportados por alguns durante tantos anos traziam uma nova legitimidade política.

4. Esta categoria, mais midiática do que política ou intelectual, faz usualmente referência de uma maneira pouco diferenciada às pessoas que manifestaram sua oposição ao regime, sem que elas próprias se reconheçam por esta designação. A palavra é de origem religiosa, fazendo alusão ao *Parti-Église* e aos seus opositores internos, eles mesmos, frequentemente, militantes-crentes. Os dissidentes soviéticos foram os primeiros a se fazerem conhecer com este nome, em ruptura com a ortodoxia do partido comunista e em oposição aos intelectuais comunistas praticantes e fiéis. Na Romênia, a figura do intelectual dissidente, oposição interna à corrupção stalinista do comunismo, foi desviada para o proveito da figura do intelectual defensor de uma cultura nacional distorcida pelo totalitarismo.
5. Manifestações de oposição existiram anteriormente, incluindo a criação de um sindicato livre (1977), mas a repressão e a emigração criaram fortes descontinuidades e tornaram impossível a constituição de “grupos” representativos. Por outro lado, grupos informais de escritores e artistas reconhecidos por seu não-conformismo eram perseguidos pelas autoridades, ainda que sua coesão se devesse, sobretudo, a projetos de ordem estética.

Opostos aos intelectuais proféticos, outros intelectuais desempenharam no mesmo período um papel que se poderia designar “profetas do pior”. Se os primeiros tiravam sua legitimidade de uma profecia ao menos em parte realizada e declaravam-se partidários das instituições liberais, da sociedade civil ou dos direitos do homem, os segundos apropriaram-se de um estatuto de intelectual crítico pela denúncia dos efeitos devastadores da transição e pela defesa de suas vítimas. Seu discurso é messiânico e coloca-se em perspectiva histórica para anunciar uma redenção coletiva⁶. Autores de “teorias da conspiração”, atribuindo a crise que atravessava o país aos inimigos estrangeiros e aos seus agentes infiltrados, instigavam um novo levante popular para eliminar os usurpadores e os aproveitadores “mafiosos” da revolução⁷.

Alguns intelectuais proféticos puderam consolidar sua posição ao longo do tempo graças à instauração de novas estruturas políticas ou intelectuais idealizadas por eles. Outros conservaram sua singularidade e mantiveram-se à margem dos movimentos que eles próprios inspiraram, isto quando não tomaram parte na contracorrente. A distinção entre os dois grupos de intelectuais profetas, do pior e do melhor, não é evidente: alguns trocaram de posição durante os últimos anos e alguns temas atravessam facilmente as fronteiras simbólicas que os separam.

As novas estruturas

A apropriação de recursos coletivos pertencentes ao antigo Partido-Estado e a instauração de estruturas associativas próprias constituíram um segundo momento significativo na construção de uma nova identidade coletiva dos intelectuais. A transferência de uma parte do patrimônio cultural nacional às mãos dos intelectuais opositores era considerada legítima em um contexto de depuração. Os antigos diretores das instituições culturais, das empresas econômicas, os professores de universidade ou decanos, até o patriarca da Igreja ortodoxa, apresentaram sua demissão ou foram destituídos por demanda do próprio pessoal dessas instituições, embora alguns tenham sido mantidos em seus postos ou chamados de volta após um tempo de penitência, assim foi o caso do patriarca. Para citar apenas alguns nomes mais conhecidos, Augustin Buzura, romancista crítico, tornou-se

6. A revista *“Romania Mare”*, órgão do partido nacionalista radical de mesmo nome, traz em seu frontispício, ao lado de um brasão principesco, o lema “Nós seremos de novo o que fomos um dia e ainda mais”. Ainda que faça alusão ao renascimento nacional, este lema resume de modo simbólico o programa daqueles que se consideram “perdedores” das transformações políticas de 1989.

7. Para uma análise exemplar da literatura “conspiratória” na Romênia, ver George Voicu, 2000, e também Mihai Dinu Gheorghiu, 2001. O partido “Romania Mare” tentou recuperar o movimento social dos mineiros do Vale Jiu, que foram diversas vezes para Bucarest restabelecer a ordem e pedir a saída do governo.

diretor do Instituto Cultural Romeno; Mircea Dinescu, presidente da União dos Escritores; Nicolae Manolescu, crítico e historiador da literatura, diretor de “România literara”, principal “órgão” desta União; Gabriel Liiceanu, filósofo e ensaísta, diretor da antiga casa de edição do partido comunista romeno, rebatizado Humanitas e privatizado em seguida, etc.

Os intelectuais puderam mobilizar a seu favor uma outra categoria de recursos, aquela das doações e fundos estrangeiros, que lhes permitiu, ao mesmo tempo, uma mobilidade internacional excepcional, além da construção de novas estruturas culturais e de redes próprias. O *New Europe College* é possivelmente o melhor exemplo: esse centro de excelência em ciências humanas e sociais constituiu-se a partir de uma bolsa atribuída a seu presidente fundador, Andrei Plesu, por um consórcio de fundações internacionais (Princeton, Stanford, North Carolina, etc.). Em seguida, outros financiamentos somaram-se aos primeiros e alguns deles se tornaram regulares. O Estado romeno trouxe sua contribuição através da redução fiscal concedida a essa nova instituição.

As obras da Fundação Soros (*Open Society*) – que sustentava discretamente os intelectuais do Leste Europeu desde antes de 1989 – contribuíram igualmente para a emancipação de uma elite intelectual e para o seu ingresso nos circuitos internacionais. A Fundação trouxe um suporte material e logístico às associações locais, ONGs consideradas como base da “sociedade civil”. A proximidade entre projetos intelectuais e projetos humanitários contribuiu para a transformação da visão do social nos meios intelectuais, recolocada em torno das questões de pobreza ou de violência contra crianças e mulheres, etc.

A história recente do Grupo de Diálogo Social permite estudar a emergência de um campo intelectual relativamente autônomo, ao mesmo tempo ligado a uma “reinvenção da política”. O Grupo de Diálogo Social (GDS) é particularmente representativo dos efeitos das lutas para a definição de um novo estatuto dos intelectuais, pois desde a sua criação ele se situa na fronteira entre a cultura e a política. A denominação “diálogo social” chega a ser um eufemismo para “diálogo político”. As transformações do espaço intelectual apresentadas aqui não podem ser compreendidas se não levarmos em conta sua articulação com as novas estruturas do espaço político. A posição excepcional do GDS deve-se ao fato de que ele acumula diversos trunfos em relação aos grupos concorrentes: reuniu, alguns dias após o desmoronamento do regime Ceausescu, antigos dissidentes ou presos políticos e intelectuais reconhecidos, representando a excelência intelectual sem compromisso político e tendo manifestado seu apoio aos opositores perseguidos.

O GDS conseguiu fazer-se reconhecer rapidamente pelo poder político em vigor e manteve-se em uma posição crítica em relação aos governos seguintes, sem se transformar por isso em partido político, como teriam desejado alguns de seus membros fundadores. Seu pequeno patrimônio constituiu-se por doações e con-

tratos, sua visibilidade e seu reconhecimento internacional deram-lhe a possibilidade de colocar-se ao mesmo tempo como representante da “elite intelectual” e da “sociedade civil” nascente, estimulando boa parte das manifestações. Sua revista, o semanário “22”⁸, tornou-se uma publicação de referência para os debates sobre a atualidade política e cultural. Em meio aos grupos concorrentes, aliados ou adversários, o GDS conseguiu permanecer – sua relativa estabilidade devia-se em grande medida a essa posição intermediária e ao equilíbrio que pôde garantir entre as forças opostas.

O GDS surgiu oficialmente em 30 de dezembro de 1989, para a organização de uma conferência de imprensa no hotel “Intercontinental”, em pleno centro de Bucareste. Este hotel, uma construção moderna situada em frente ao prédio da Universidade (este construído no século XIX), marca o perímetro da Praça da Universidade. Ali, levantaram-se as primeiras barricadas em 21 de dezembro de 1989 e caíram as vítimas de uma repressão sangrenta. Batizados pelas circunstâncias de “zona livre do comunismo”, nesses lugares foram organizados durante diversos meses sucessivos *meetings* contra o novo poder “neocomunista” – com grevistas de fome, discursos e músicas. As manifestações, antecedendo as eleições de junho de 1990, terminaram com atos de violência, inicialmente da parte dos grupos opositores e em seguida da parte dos mineiros, organizados em Bucareste. Vindos restabelecer a ordem pela terceira vez naquele ano, os mineiros saquearam as sedes dos partidos de oposição (considerados como contra-revolucionários), devastaram salas do Instituto de arquitetura, situado na mesma Praça da Universidade, e entraram em choque violento com os intelectuais na rua⁹.

Três pessoas tiveram um papel central na constituição do GDS: Andrei Plesu, historiador da arte e precursor da “carta dos sete” (escritores), que manifestava solidariedade a um colega perseguido por ter criticado abertamente Ceausescu e seu regime¹⁰; Mihnea Berindei, historiadora refugiada desde muitos anos em Paris, militante na França pela defesa dos direitos do homem na Romênia e reconvertida para as ciências políticas; Stelian Tanase, filósofo de formação, jovem romancista à época, apaixonado por história política, líder de manifestantes em Bucareste na véspera da fuga de Ceausescu. A cooptação dos membros do grupo, cerca de trinta pessoas no início, quarenta atualmente, fez-se fundamentalmente sob dois critérios: as manifestações de oposição e de resistência ao regime comunista e a reputação de excelência intelectual. A presença dos “dissidentes” assegu-

8. Em referência a 22 de dezembro de 1989, dia da queda do regime Ceausescu.

9. Slogans do tipo “Morte aos intelectuais” ou “Nós trabalhamos, não pensamos” foram lançados por estes contra-manifestantes.

10. Trata-se de Mircea Dinescu, que foi preso em sua casa após ter publicado uma entrevista no jornal parisiense *Libération*, em março de 1989. Tornando-se símbolo da resistência intelectual, foi ele quem anunciou ao vivo na televisão romena “a fuga do ditador”.

rava ao grupo uma autoridade moral e uma posição política sem ambigüidade, visto que seu estatuto intelectual e profissional não estava muito bem estabelecido. A referência ao modelo de outras associações intelectuais que existiram em outros países comunistas antes de 1989 era muito viva, ao menos no início, no espírito de alguns de seus membros: o “Círculo Petöfi” húngaro, que teve um papel importante na preparação da revolução húngara de 1956, a Carta 77, que havia reunido intelectuais tchecoslovacos opondo-se à ocupação de seu país pelas tropas do Pacto de Varsóvia em 1968, ou o KOR, grupo intelectual de conselheiros de Solidarnosc, o movimento polonês que desafiou o regime comunista nos anos 1980. Alguns membros do GDS fizeram um verdadeiro trabalho de aproximação entre esses modelos, em perspectiva histórica, através de suas publicações e da organização de debates¹¹.

A politização dos intelectuais

A politização dos intelectuais foi progressiva e descontínua: o abandono dos compromissos assumidos e, depois, a culpabilidade em razão da fraqueza dos atos de solidariedade estimularam posteriormente manifestações e ações coletivas: petições, criação de grupos e de associações, de sociedades e de fundações. Essas novas formas de solidariedade (palavra que se tornou célebre pelo sindicato polonês homônimo) eram criadoras de laços sociais, fundados na oposição e na rejeição de toda “colaboração” antiga ou recente com o que pudesse representar a autoridade. A organização política dos intelectuais enfrentou problemas durante certo tempo. Os graus e as formas de politização do GDS foram, assim, objetos de intenso debate ao longo dos primeiros anos, mesmo que isso pouco apareça nos registros das reuniões. O grupo deveria apenas defender os direitos dos opositores políticos ou constituir-se ele mesmo em partido de oposição (ou seja, acabar em um dos partidos instituídos em 1990 ou depois)? Os partidários de um engajamento direto na política eram minoria no grupo, enquanto os demais compartilhavam do descrédito associado ao modelo obsoleto do intelectual engajado. As reservas em relação à política constituíam-se em um reflexo das formas de engajamento assumidas durante o período anterior, quando o fato de se declarar “apolítico” representava um desafio ao militantismo forçado¹². Impor limites ao engajamento

11. Cf. um primeiro exame da coleção da revista “22”, onde estão publicados os resultados dos debates e mesas-redondas organizados pelo GDS (de 1990 a 2004). A respeito das comparações entre países do Leste Europeu, percebemos a presença quase que exclusiva de convidados poloneses, partidários de um modelo de anticomunismo integral.

12. “A ‘antipolítica’ é o jogo daqueles que são objetos de decisões políticas, os não-políticos que têm interesse em diminuir a influência, o campo de ação da política. A ‘antipolítica’ é a política – mais comumente de autodefesa – dos não-profissionais da política, cidadãos (civis) atentos a conjurar os perigos, ameaçando-os em sua profissão e em sua vida privada” (KONRAD, 1996).

significava também evitar compromissos com toda forma de poder. Por outro lado, a assistência humanitária e o debate intelectual podiam ser colocados no centro da ação. Se não se engajava como organização, o GDS estimulava autores da cena política a participar do debate e tinha alguns dos seus membros convidados às eleições e eleitos deputados¹³.

A impossibilidade de transformação do GDS em partido político favoreceu outras iniciativas mais politizadas, em particular a da Aliança Cívica (dirigida por Ana Blandiana) e a do Partido da Aliança Cívica (dirigido por Nicolae Manolescu). A participação dos intelectuais na estruturação do campo político foi determinante entre 1990 e 1996. Uma vez vencidas as eleições por uma “convenção democrática”, reagrupando os principais partidos de oposição e as associações representativas da “sociedade civil”, esse momento de apogeu para o movimento intelectual foi seguido por um declínio, sob duplo efeito da politização e da institucionalização das carreiras profissionais. O grupo parecia mais um *think thank* da oposição liberal quando sustentou o governo da “convenção democrática” (1996-2000), conservadora e liberal, mesmo representado nesta coalizão de partidos de centro-direita apenas por alguns de seus membros individualmente, enquanto outras associações da “sociedade civil” ali apareciam (a Aliança Cívica, em particular).

O GDS conheceria um novo surto mobilizador quatro anos mais tarde, em 2000, após a derrota dessa coalizão democrática e liberal e a chegada ao segundo turno das eleições presidenciais do candidato da extrema direita, Vadim Tudor (situação comparável, do ponto de vista eleitoral, ao que ocorreu na França em 2002 com Le Pen). A mobilização em favor de Iliescu, que voltou ao poder como presidente da república após ter passado quatro anos na oposição, eleito também graças à voz de seus adversários, devia significar o fim da “transição democrática” e a consagração de uma “classe política” dividida, mais por instrumentos e proveitos políticos do que por princípios ideológicos (esquerda/direita). À medida que o espaço político ficava mais estruturado e as instituições culturais mais autônomas, o GDS tornava-se mais institucionalizado, funcionando como uma academia alternativa: poucas novas adesões, cerimônias para atribuição de prêmios, diminuição dos debates e das “mesas-redondas”, enquanto diversos membros se afastavam do grupo.

13. As primeiras listas de intelectuais candidatos independentes às eleições de 1990 tiveram pouca expressão. Em 1992, depois em 1996, alguns foram eleitos nas listas do Partido da Aliança Cívica (PAC), dirigido por Nicolae Manolescu (crítico e historiador da literatura), e outros nas listas da Convenção Democrática, aliança eleitoral das forças de oposição que governaram a Romênia entre 1996 e 2000.

Genealogias e trajetórias

O caráter intelectual e “elitista” do grupo é posto em evidência através das profissões de seus quarenta e oito atuais membros. Os universitários constituem a maioria (vinte e seis); os escritores, no sentido mais amplo, são dezessete; oito são artistas plásticos (e uma arquiteta); as ciências sociais têm representação escassa (seis sociólogos e cientistas políticos, pouco representados nas atividades do grupo nos últimos anos). As artes dramáticas são representadas por dois atores e dois diretores. Há quatro tradutores (de francês), dois advogados (sendo que um deles, recentemente admitido, é também proprietário de um semanário cultural), um padre (que é o superior de um monastério em Bucareste) e cinco jornalistas profissionais; a maioria dos membros do grupo é colaboradora regular da imprensa escrita e da televisão (particularmente os “analistas políticos”). O GDS conta com dez mulheres. Apenas quatro membros (homens) têm menos de quarenta anos. A supra-representação das artes e das ciências humanas em relação às ciências sociais corresponde à clivagem entre essas duas categorias de disciplinas, efeito de uma subordinação mais forte das ciências sociais à ideologia oficial anterior.

Os (raros) sociólogos e cientistas políticos do grupo, Stelian Tanase, Alin Teodorescu, Calin Anastasiu e Pavel Câmpeanu foram particularmente ativos desde a constituição do GDS. Possuindo uma “cultura política” superior àquela dos literatos, tiveram um papel importante na orientação inicial do GDS, ainda que os três primeiros se tenham distanciado relativamente rápido do grupo: Tanase, primeiro redator-chefe da revista “22”, o semanário editado pelo GDS, abandonou-a ao final de um ano, após um conflito com Gabriel Liiceanu, o filósofo que se imporia como líder informal do grupo; Teodorescu tornou-se responsável pela filial romena da Fundação Soros, para fundar em seguida seu próprio instituto de pesquisa (IMAS)¹⁴ – onde recebeu Anastasiu após alguns anos, este último sociólogo especializado em mídias que foi deputado do PAC no parlamento entre 1992 e 1996. Se os três primeiros têm a mesma idade (nascidos no início dos anos 1950) e fizeram os mesmo estudos¹⁵, Câmpeanu tem possivelmente o percurso mais típico entre os membros do GDS: militante comunista durante a Segunda Guerra Mundial, conheceu Ceausescu nas prisões do regime fascista; em seguida

14. Tornou-se alto funcionário do PSD, partido que ficou no poder até 2004, e é atualmente senador deste partido na câmara superior do parlamento romeno.

15. Uma observação deve ser feita aqui sobre o grau elevado de relacionamento entre os membros dos diferentes grupos intelectuais e políticos, vindos de Bucarest, mas também da província: Vintila Mihailescu, antropóloga, contava uma anedota a esse respeito na revista Dilema: encontrando diversos colegas da mesma “geração” em um elevador do edifício do governo no início dos anos 1990 e tratando-se por diminutivos ou pelo primeiro nome, um entre eles perguntou aos outros com humor: “mas onde estamos nós, no governo ou no jardim da infância?”

tornou-se membro do partido, ocupando um cargo de responsabilidade na televisão durante os anos 1970. Especializou-se nas pesquisas de opinião durante o período de renascimento da sociologia na Romênia. Autor de trabalhos de referência sobre o stalinismo, publicados nos Estados Unidos¹⁶, Câmpeanu retornou às pesquisas fundando seu próprio instituto nos anos 1990, com o apoio do GDS, onde instalou seu escritório.

São as referências culturais comuns que unem intelectualmente os membros do grupo. O grupo é mais heterogêneo no que diz respeito às genealogias familiares, aparecendo, lado a lado na mesma associação, descendentes da antiga burguesia nacional, que se beneficiam de uma verdadeira reabilitação e de uma restauração política e econômica, e alguns descendentes da *nomenklatura* comunista, em ruptura ideológica com a herança familiar. Esta proximidade, surpreendente à primeira vista, explica-se primeiramente pelo papel determinante da escola no processo de socialização, podendo aproximar trajetórias muito diferentes ou opostas a princípio. As experiências anteriores de sociabilidade (“amizades”), bem como os critérios mais específicos de seleção intelectual (“afinidades”) ou as trocas de serviços entre membros da antiga e da nova “classe média” puderam influenciar nas estratégias de reprodução familiar, quando a ruptura era necessária para que a reprodução acontecesse.

A nova ordem moral e seus empreendedores

O período mais recente (após 2000) caracteriza-se pelo desaparecimento de duas figuras intelectuais até então dominantes, o intelectual profético e o intelectual politizado, em nome de uma figura concorrente, aquela do intelectual especializado e midiático. Essa transformação de dominante nem sempre representa uma mudança de indivíduos; trata-se em diversos casos de uma modificação de papéis das mesmas “pessoas públicas”, em uma conjuntura diferente, ao mesmo tempo sob o efeito da profissionalização da política e da mercantilização das mídias.

A estruturação do novo espaço político pela consolidação de um número relativamente limitado de partidos políticos parlamentares e a rotação no governo entre oposição e poder durante as três últimas legislaturas (1996, 2000, 2004) contribuíram para a profissionalização da política, passando por uma definição mais técnica da posição pertencente aos intelectuais no campo político: cientistas políticos, conselheiros, “analistas políticos” ou jornalistas especializados estão raramente ligados a um partido único e são comumente forçados a vender seus serviços indistintamente à “direita” e à “esquerda”.

16. Felipe Garcia CASALS (pseudônimo de Pavel Câmpeanu). *The Synchronic Society* (1980); *Sociology of the Stalinist Social Order* (3 v., 1986-1990).

Diante deste declínio anunciado do papel do intelectual na política e da retirada das posições de mediação e de mediação, as principais estruturas que permitem atualmente uma manifestação coletiva dos intelectuais são os institutos ou as comissões encarregadas de conservar a memória social da história recente, de restituir os testemunhos das vítimas e de avaliar as responsabilidades políticas.

O Conselho Nacional de Estudos dos Arquivos da Segurança (*Securitate*, a antiga polícia política), CNSAS, é a instituição que ocupa uma posição estratégica no cruzamento do espaço político e do espaço intelectual (“a sociedade civil”). O CNSAS foi fundado em 1999, após a adoção, no mesmo ano, de uma lei (187) para “o acesso ao dossiê pessoal e desvendamento [*deconspirarea*] da *Securitate* como polícia política”. Essa lei deveria favorecer o acesso aos antigos dossiês dos serviços de segurança às pessoas interessadas e aos pesquisadores. *Deconspirarea*, palavra rara em romeno, significa o ato de neutralização de uma *conspiração*, nesse caso aquela da polícia política e seus agentes secretos, em particular seus denunciadores. Pessoas reconhecidas culpadas por terem desempenhado uma atividade de polícia política não podem ser candidatas às eleições ou ocupar postos de responsabilidade na administração pública, por isso são feitas verificações regularmente. De inspiração alemã e tcheca (“lei da lustração”), a lei romena foi objeto de críticas, assim como a composição do Conselho censor que vigiava sua aplicação. Dos onze membros desse Conselho, nomeados pelo parlamento, nove representam os partidos políticos (dos quais três são representantes da sociedade civil) e dois (entre os quais o presidente) são historiadores pesquisadores.

Mais recentemente, três outras comissões e dois institutos¹⁷ foram criados com objetivos próximos. A primeira, sob iniciativa e com o apoio do antigo presidente Ion Iliescu, portando o nome de seu presidente Elie Wiesel, produziu um Relatório de síntese sobre os estudos que enfocavam o Holocausto na Romênia (2004); após as recomendações dessa comissão, um Instituto Nacional para o Estudo do Holocausto na Romênia “Elie Wiesel” foi criado pelo Estado romeno. No início de 2006, o primeiro ministro liberal, Popescu Tariceanu, criou um Instituto de Investigações dos Crimes do Comunismo (IICC), inscrito em um projeto mais antigo do “processo do comunismo” e inspirado abertamente pelos atos de justiça contra os criminosos nazistas (o processo de Nuremberg, o funcionamento do Centro

17. Esta enumeração não é exaustiva. Existe também, por exemplo, um Instituto de estudos da revolução romena de 1989, sob a presidência do antigo chefe de Estado, Iliescu. A gestão da memória dessa revolução foi objeto de polêmicas intensas entre diversas associações representando os interesses dos “revolucionários”. Uma primeira lei de 1990 lhes concedia privilégios consideráveis (habitação, terra, créditos), mas ela foi modificada em 2002 e os “certificados de revolucionário”, atribuídos em um primeiro momento a cerca de 25.000 pessoas, foram recolocados em questão. No governo anterior, havia um secretário de Estado encarregado dos “problemas revolucionários”. Existe também um Instituto Nacional para a Memória do Exílio Romeno (INMER), criado em 2003, ele também objeto de polêmicas.

Simon Wiesenthal). O diretor desse instituto, o jovem historiador Marius Oprea, é igualmente diretor do Instituto de Estudos da História Recente e conselheiro do primeiro ministro para problemas de segurança. Alguns meses mais tarde, o presidente da República, Traian Basescu, constituiu sua própria “Comissão presidencial para a análise da ditadura comunista na Romênia”, em resposta a um pedido, assinado por algumas centenas de intelectuais (em sua maioria), que reivindicava a condenação, em nome do Estado, do comunismo – como política e como ideologia ao mesmo tempo – e escolheu Vladimir Tismaneanu como presidente desta comissão, da qual faziam parte alguns membros do GDS. Esse grupo procurou elaborar um documento de síntese, colaborando tanto com o Instituto do primeiro ministro quanto com o Centro Internacional de Estudos sobre o Comunismo, fundado no âmbito da Academia Cívica, que constituiu um importante acervo documental¹⁸. Esses encaminhamentos se inscrevem em uma estratégia política mais ampla de adesão à União Européia e de sedução de seus partidos de direita.

A nomeação de Vladimir Tismaneanu provocou reações hostis por parte de jornalistas e ativistas políticos próximos de extrema direita ou defensores do “comunismo nacional” do período Ceausescu. Filho de militantes comunistas de origem judia, seu pai foi combatente na guerra civil espanhola; depois refugiou-se na URSS, onde havia trabalhado na seção romena da rádio soviética internacional, para mais tarde tornar-se professor de marxismo-leninismo na educação do Partido na Romênia. Sociólogo em Bucareste, onde havia feito seus estudos, tendo acreditado em sua juventude na possibilidade de “reformular o sistema”, Vladimir Tismaneanu refugiou-se no início dos anos 1980 nos Estados Unidos. Trabalhou como jornalista na rádio Free Europe e denunciou sem compaixão em suas publicações o “comunismo real”, apoiando-se também em seu conhecimento de dentro. Historiador e jornalista ao mesmo tempo, professor na universidade de Maryland, muito presente nos Estados Unidos e na própria Romênia, ele é sem dúvida o melhor exemplo de especialista midiático na história do comunismo romeno. As polêmicas em torno de sua nomeação, marcadas por anti-semitismo, xenofobia e ressentimentos antiintelectuais são reveladoras dos limites das transformações políticas e dos novos contornos da separação simbólica do passado comunista.

A título de conclusão, é possível observar o sucesso da estratégia coletiva de reprodução dos intelectuais enquanto grupo representativo, capaz de influenciar as decisões políticas que lhe dizem respeito. Uma grande mobilidade, marcada por rupturas de trajetórias e reconversões, aparece como uma condição desta reprodução. Ao mesmo tempo, o enfoque nos discursos sobre o passado e sua tônica

18. Este centro faz parte do “Memorial das Vítimas do Comunismo e da Resistência”, uma ONG dirigida pela escritora Ana Blandiana que funciona no lugar de uma antiga prisão em Sighet (na Transilvânia).

dominante moralizadora são reveladores das fraquezas do “diálogo social” que o grupo queria desenvolver.

Referências bibliográficas

GHEORGHIU, Mihai Dinu. Conspiration et désenchantement: les conditions d'une nouvelle production idéologique en Roumanie. *Les Temps Modernes* 613, mars-avril-mai 2001, p.161-172.

GHEORGHIU, Mihai Dinu. Les “centres d'excellence” en sciences humaines et sociales et leur insertion dans les communautés scientifiques émergentes en Europe de l'Est. *Perspectives roumaines. Du postcommunisme à l'intégration européenne*. (Sous la direction de Catherine DURANDIN, avec la collaboration de Magda CARNECI). Paris: L'Harmattan, 2004, p.139-162.

GHEORGHIU, Mihai Dinu. Os “centros de excelência” em ciências humanas e sociais e sua inserção nas comunidades científicas emergentes do Leste Europeu. *Pro-Posições, Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação – Unicamp*, v.16, n.2 (47), maio/ago 2005, p. 219-242.

GHEORGHIU, Mihai Dinu (ed.). (Em colaboração com Lucia DRAGOMIR). *Littératures et pouvoir symbolique*, Paralela 45, 2005.

HANKISS, Elemér. Brilliant ideas or brilliant errors?, in *Three Social Science Disciplines in Central and Eastern Europe. Handbook on Economics, Political Science and Sociology (1989-2001)*, edited by Max KAASE and Vera SPARSCHUH, Social Science Information Center (IZ) Berlin / Collegium Budapest, 2002, p.17-24.

KONRAD, Gyorgy. Le trio logique. *Apolitismes – Tumultes*, n.8. Paris: L'Harmattan, septembre 1996, p.163-169.

MARGOLIN, Jean-Louis; WERTH, Nicolas. Retour sur le communisme d'Etat. *Le Monde*, 2 février 2006 [artigo sobre a resolução condenando os “crimes des régimes communistes” adotado pela Assembléia parlamentar do Conselho da Europa].

MINK, George; SZUREK, Jean Charles. *La Grande Conversion*. Paris: Seuil, 1999.

RUNCEANU, Camelia. *Les intellectuels et la recomposition de l'espace public roumain après 1989. Le cas du Groupe pour le dialogue social*. Mémoire de master sous la direction de Daniel Barbu, Ecole Doctorale en Sciences Sociales, Université de Bucarest, juin 2004.

TILLY, Charles. *Les révolutions européennes 1492-1992*, 1993. Trad. franc. Paris: Editions du Seuil.

TISMĂNEANU, Vladimir. *Reinventarea politicului. Europa Răsăriteană de la Stalin la Havel* [La réinvention du politique. L'Europe orientale de Stalin à Havel], Iasi, Polirom, 1997.

VOICU, George. *Zeii cei rai* [Les dieux méchants], Iasi, Polirom, 2000.

Recebido em 10 de março de 2006 e aprovado em 11 de agosto de 2006.